

UM OLHAR DO FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA SOBRE A II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

As conferências, espaços de discussão e diálogo aberto na sociedade, são uma conquista da democracia no Brasil. Elas possibilitam, por um lado, a participação social na construção de políticas públicas e, por outro, um processo pedagógico a respeito destas políticas e suas implicações no dia a dia de cada brasileiro. Entretanto, com uma grande quantidade de conferências realizadas nos últimos anos, há muitas vezes uma sensação de que há documentos demasiadamente gerais ou setorializados, que não seriam adotados em medida suficiente pelas instâncias de governo em suas ações. É preciso avançar para metodologias que permitam, além de um processo mais profundo de avaliação das políticas e dos encaminhamentos, um diálogo mais sistêmico sobre as políticas que afetam o território local e o desenvolvimento brasileiro.

No caso da economia solidária, realizou-se, em 2010, a II Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes). Diferentemente da primeira, ocorrida quatro anos antes, que buscava conceitualizar e aprofundar a compreensão sobre o que seria a economia solidária em termos de suas práticas, princípios e valores, a II Conaes centrou-se num balanço do período e no aprofundamento sobre a natureza de políticas públicas que permitam o reconhecimento do trabalho associado e da organização com base na cooperação e na autogestão. Esta escolha, como será visto, possibilitou uma abordagem mais ampla no campo dos direitos. Contudo, o período pré-eleitoral foi um problema aventado desde o início: como garantir que os debates pudessem ocorrer de maneira livre e crítica se já havia interesses eleitorais de aproveitamento desta mobilização para fins partidários?

De fato, muitas conferências estaduais sofreram por isso, perdendo em alguma medida sua capacidade de crítica, em razão de um cenário pré-eleitoral polarizado e praticamente plebiscitário. Mas, mesmo assim, houve debates que possibilitaram que a segunda Conaes fosse uma grande conquista, com maior saldo político que a primeira. Esta segunda edição nacional e seus principais resultados serão analisados a seguir.

Optar pelo tema do direito ao trabalho associado e às formas coletivas de organização econômica baseada nos princípios da economia solidária foi uma decisão acertada do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). A opção por esta abordagem ampliou a questão para além dos termos ligados à economia solidária, e atacou uma questão de fundo, que é o direito de cada cidadão optar pela forma de organização em que não se é patrão tampouco empregado. Iniciar o debate a partir daí acarretou novidades durante o processo. Esta decisão do conselho evitou repetir o que acontecera na primeira conferência. Na II Conaes, além de ter sido feito um necessário balanço desde os avanços da primeira conferência, as propostas tiveram caráter mais dirigido e orientado à construção de uma base legal em termos de políticas públicas focadas para a consolidação deste direito.

Pelo lado da sociedade civil, julga-se que o movimento de economia solidária saiu fortalecido da II Conaes. Ele foi capaz de mostrar autonomia e ao mesmo tempo trabalhou ativamente na organização do evento. O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) esteve presente

como um ator fundamental em todos os momentos da conferência. Vale lembrar que este processo começou ainda nas conferências regionais e temáticas, com a mobilização dos fóruns estaduais, que foram capazes de pautar as bandeiras do movimento nos documentos destinados à etapa nacional. Graças às mobilizações nos estados, abriu-se um novo espaço no documento-base sobre a importância de articular a economia solidária com temas pertinentes à sociedade brasileira, como juventude, meio ambiente, reforma agrária, energia, cultura, entre outros.

O ato do FBES nesta II Conaes, que promoveu a marcha da campanha de assinaturas da lei que institui a política nacional de economia solidária, foi reconhecidamente a ação de maior peso político para o movimento. Homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, marcharam de forma organizada pela Esplanada dos Ministérios. Uma delegação constituída pelos 100 integrantes da coordenação nacional do FBES entrou no Congresso Nacional para apresentar sua demanda pela aprovação da lei, em atividade proposta pelo FBES e acolhida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) e pela Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária. Esta atividade permitiu visibilizar as demandas e a importância da economia solidária para a construção de outro modelo de desenvolvimento para o país. O movimento foi capaz de agir na hora e no momento certo, e a campanha das assinaturas para a lei de iniciativa popular foi para a rua.

O PROCESSO DA II CONAES

Em relação ao desenvolvimento da conferência, o principal problema apontado, além da conjuntura pré-eleitoral citada, foi o curto intervalo entre a chamada para a II Conaes e a realização de sua etapa nacional, de modo que os encontros regionais e estaduais ficaram com pouco tempo para serem realizados. Em razão disto, houve certo descompasso entre a metodologia adotada nas conferências regionais e a que foi adotada nas estaduais, o que se refletiu na dificuldade de muitas conferências estaduais em trabalhar o conteúdo proveniente das regiões e municípios e o conteúdo que seria sistematizado para a etapa nacional. Ainda assim, a avaliação geral foi positiva, no que concerne à qualidade dos debates, à abertura e transparência presentes desde o início e à capacidade de envolvimento dos atores que hoje fazem a economia solidária no Brasil. Ressaltem-se especialmente o trabalho e a dedicação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que trabalhou na perspectiva de uma construção coletiva e transparente, aspectos fundamentais para se vencerem o pouco tempo e o curto orçamento à disposição.

As conferências temáticas permitiram um ganho de qualidade, embora no início do movimento tenha julgado haver certo risco na sua realização. Temia-se que a legitimidade das reuniões temáticas pudesse ficar comprometida, devido à maior capilaridade e quantidade de participantes envolvidos nas conferências estaduais e territoriais. Como solução, a comissão organizadora, da qual o FBES fez parte, conseguiu garantir que o documento-base incorporasse diretamente as deliberações tomadas nas conferências microrregionais e estaduais. Infelizmente, não foi possível acatar a proposta do movimento de que as conferências temáticas acontecessem antes das estaduais. Isto poderia garantir que os documentos e teses oriundas das conferências temáticas servissem de subsídio para os debates nos estados. Trata-se de uma perda que poderá ser recuperada em outra conferência.

De fato, a inclusão de conferências temáticas trouxe grandes avanços, contribuindo para aprofundar as deliberações finais e dar-lhes mais densidade. Nas temáticas mais conhecidas, houve um melhor aproveitamento de acúmulos que já existiam no movimento de economia solidária e no governo. Os temas de *formação e assessoria técnica, finanças solidárias, comercia-*

lização solidária e cooperativismo solidário são pautas já amadurecidas entre os atores sociais da economia solidária, o que permitiu a realização de um debate mais aprofundado e qualificado. Para além destes temas, as conferências de etnodesenvolvimento e de cooperativismo social trouxeram elementos importantes, que incidiram nos debates realizados na Conaes.

Os cadernos temáticos, cujos elementos centrais eram os documentos originários dos estados e municípios, serviram realmente de subsídio para os delegados. As conferências temáticas contribuíram para enriquecer os debates travados na etapa nacional, essencialmente quanto aos assuntos abordados no segundo capítulo do documento-base, relacionados aos grandes eixos de ação de uma política pública de economia solidária.

Também houve os debates nos estados, a partir dos quais se construiu um novo elemento do documento-base, que se tornou a sessão 2.4 do documento final. Isto abriu uma nova fronteira para o debate sobre economia solidária, trazendo-se o desafio da sua articulação com temas de relevância para a sociedade, como juventude, meio ambiente, cultura e territorialidade, entre outros. Entretanto, alguns temas caros à economia solidária poderiam ter sido aprofundados, como a perspectiva de gênero (incluindo-se a questão do direito à organização econômica das mulheres) e o cruzamento de questões ambientais com a temática da economia solidária no contexto da crise atual.

POLÍTICAS PÚBLICAS

No primeiro capítulo do documento-base há uma sessão específica que trata dos acúmulos e desafios das políticas públicas de economia solidária no país. Os principais elementos apontados são os avanços na construção de programas e ações de fortalecimento da economia solidária desde 2006. Desde então, mais programas e ministérios têm apoiado a economia solidária, e políticas setoriais têm adotado a economia solidária como estratégia. As políticas públicas se aperfeiçoaram ao longo destes anos, com vários programas de qualidade em andamento.

Todavia, o orçamento público para tais políticas é muito limitado. Some-se a isto a dificuldade de articulação entre os programas e ações em curso no país. Para superação destas questões, foram apontadas no documento-base a importância e a necessidade de a economia solidária, enquanto política pública, ser alçada a um novo patamar. O movimento de economia solidária deliberou nesta segunda conferência que este patamar seja o ministério da economia solidária.

Neste contexto, existem alguns limites que se destacam. A economia solidária não se consolidou enquanto uma política pública de Estado e continua marginal na estrutura do governo, especialmente no que tange às políticas de desenvolvimento do país. Ela ficou muito restrita a atividades pontuais, muitas vezes direcionadas às políticas sociais em detrimento da construção de políticas públicas estruturais. Em termos de prioridades e organização do governo em relação às políticas de desenvolvimento, a economia solidária está completamente excluída. A economia solidária também está ausente das políticas consistentes de financiamento, que poderiam ser direcionadas aos empreendimentos de economia solidária no país.

DESDOBRAMENTOS

A II Conaes aprovou um conjunto de propostas para o reconhecimento e promoção do direito ao trabalho associado, que necessitam de desdobramentos que o consolidem e legitimem. O documento final desta II Conaes será o principal instrumento do gestor público na implementação das políticas de economia solidária.

Ressaltou-se como marcante para os presentes na conferência que a economia solidária não se pode reduzir a “empreendedorismo” nem somente a “combate à pobreza”. O movimento de economia solidária deixou claro que o empreendedorismo, por si só, não garante o caráter autogestionário e coletivo das atividades econômicas, tampouco a dimensão de movimento social da economia solidária. Além disso, afirmou-se que as políticas públicas de economia solidária não podem ter sua gestão restrita a uma secretaria: aprovou-se, no documento final, a necessidade de criação de um ministério da economia solidária, ratificando-se o que foi fortemente proposto nas conferências estaduais.

Uma ação importante para se dar consequência aos resultados da II Conaes é convencer os candidatos ao Congresso, aos governos estaduais e à Presidência da República a pautarem em suas plataformas o tema da economia solidária e do direito ao trabalho associado.

Considera-se fundamental que os comitês temáticos se apropriem dos cadernos temáticos para avançarem nas perspectivas de controle social e de melhor articulação entre programas e ações existentes. Um ponto levantado em várias partes do documento é a necessidade de criação e consolidação de conselhos municipais e estaduais de economia solidária, além de apoio para que a sociedade civil possa contribuir de maneira plena nestes espaços, por meio de fóruns e redes locais de economia solidária.

A luta pela regulamentação do *sistema nacional de comércio justo e solidário* merece destaque. Apontou-se no documento-base a necessidade de consolidação do *sistema de finanças solidária*, casado com um futuro programa nacional de desenvolvimento da economia solidária, que poderia chamar-se *Pronades*, aos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Mencione-se, ainda, entre as estratégias possíveis de desdobramento, a organização do movimento a fim de se fazer pressão junto ao poder público para a inclusão de programas, fundos e recursos na construção do Plano Plurianual (PPA) em 2011.

Uma medida importante e urgente é a alteração da lei geral de cooperativas. O documento final da Conaes prevê a luta pela construção do Super Simples cooperativo, ou seja, a elaboração de uma legislação que privilegie uma menor tributação dos empreendimentos de economia solidária, especialmente aqueles de pequeno porte. Também se frisou a urgência da aprovação da lei que regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ademais, propõe-se expandir a política de compras governamentais para além do setor de alimentos, o qual atualmente é contemplado pelo PAA e pelo Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, outros setores econômicos poderiam ser beneficiados por políticas que conferissem prioridade aos empreendimentos econômicos solidários locais.

Por fim, uma das responsabilidades do FBES após a II Conaes será cobrar o encaminhamento e a execução das propostas formuladas pelos atores da economia solidária no Brasil em conjunto com o poder público, buscando garantir a continuidade e ampliação desta construção no próximo governo federal.